

Carreira docente os desafios e estratégias para o atendimento legal

“... libertação espiritual e econômica do professor, mediante uma formação e remuneração equivalentes que lhe permitam manter, com a eficiência no trabalho, a dignidade e o prestígio indispensáveis aos educadores”

(Movimento dos Pioneiros, 1932)

Fundamento

Constituição Federal

Art. 206 ...

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos ...

Supremo Tribunal Federal

Acórdão Adin 4167

“... piso do magistério é um mecanismo de fomento à melhoria da qualidade da educação”



Fragilidade do Pacto Federativo

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição

Fragilidade do Pacto Federativo

Art. 211.

§ 1º § 1º A União organizará o sistema federal e financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

Fragilidade do Pacto Federativo

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O eterno desafio



O novo desafio



O Brasil real e a (des)valorização docente

As mudanças na legislação (Teto dos gastos, Reformas da Previdência e Trabalhista, etc):

- ✓ Objetivo: *“frear a trajetória de crescimento dos gastos públicos”*
- ✓ Consequência: ampliação da desigualdade na oferta da educação, sepultamento do PNE (PMEs e PEEs), agravamento da relação entre gestores municipais e sindicatos

O Brasil real e a (des)valorização docente

Outras preocupações:

- ✓ **Reforma do Ensino Médio** (disputa por recursos entre estados e municípios)
- ✓ **PEC 15/2015 – Fundeb se torna permanente** (riscos em algumas mudanças propostas)
- ✓ **Ausência de legislação que defina com clareza mecanismo de atualização do piso do magistério**

Municípios com dificuldade para cumprir piso e carreira

PREFEITURA -

Limitação orçamentário-financeira

Insuficiente capacidade técnica para a gestão de pessoas

Quadro de pessoal inchado

Ampliação do gasto com a área da saúde

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO -

Excessos de atestados médicos

Readaptações indevidas

Desvios de função

Planos de carreira impróprios para realidade atual

O que é preciso

- Estabelecer o PNE como prioridade nas ações do governo federal
- Implementar avanços da sistemática de financiamento da educação (CAQi, Fundeb permanente)
- Melhorar o processo de gestão das Redes de Ensino (novos procedimentos, alterações no SIOPE) e adequar carreiras
- Melhorar a relação entre gestores e movimento sindical

Grato pela atenção

Carlos Eduardo Sanches

carlos@cesanches.com

(42) 99958-5555